



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEPINS E BOLHO

As Opções do Plano e o Orçamento para

2021



AS OPÇÕES DO PLANO E O ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2021

APROVADO

PELA JUNTA DE FREGUESIA

As Opções do Plano e o Orçamento, devidamente numerado e rubricado, foi aprovado na reunião da Junta de Freguesia, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pelos membros do executivo que abaixo assinam

Em reunião de

____/____/____

PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

As Opções do Plano e o Orçamento, foi presente e aprovado por maioria/unanimidade da Assembleia de Freguesia em sua sessão ordinária, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pela mesa que abaixo assina

Em sessão de

____/____/____

Verificámos a consistência e a adequação dos pressupostos e das estimativas contidas nas Opções do Plano e o Orçamento, pelo que do ponto de vista técnico o documento encontra-se em condições de ser votado. Mais informamos que estaremos à disposição dos elementos da assembleia, caso o desejem, para o esclarecimento de dúvidas de carácter técnico. Para tal podem contactar os nossos serviços por: mail (geral@lusaconta.pt) ou telefone (239 918 650).

O Contabilista Público

213977150

12080



Índice

1. Nota Prévia	4
2. Normas Regulamentares da Execução do Orçamento	8
I - AS OPÇÕES DO PLANO.....	19
1. Missão, Objetivos e Estratégia.....	20
1.1. Missão	20
1.2. Visão.....	21
1.3. Valores	21
1.4. Responsabilidade Social	22
1.5. Objetivos	23
1.6. Estratégias.....	23
2. Áreas de Ação.....	25
2.1. Planeamento e Desenvolvimento Organizacional.....	25
2.2. Património Histórico e Cultural.....	25
2.3. Higiene, Segurança e Saúde.....	26
2.4. Formação, Educação e Cultura.....	26
2.5. Ambiente e Espaços Verdes	27
2.6. Infraestruturas, Urbanismo e Bem-Estar.....	27
2.7. Desporto, Juventude e Ação Social.....	28
2.8. Organização Administrativa.....	29
II - ORÇAMENTO	31
1. Nota de Enquadramento	32
2. Enquadramento Macroeconómico.....	33
3. Orçamento SNC-AP.....	34
4. Recursos Financeiros	36
5. Previsão das Receitas	40
5.1. Receitas Correntes	41
5.2. Receitas de Capital	45



6. Previsão das Despesas	47
6.1. Despesas Correntes	48
6.2. Despesas de Capital	53
III - MAPAS ORÇAMENTAIS	54
Anexo 1 Mapa de Pessoal	
Anexo 2 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	
Anexo 3 Plano Plurianual de Investimentos	
Anexo 4 Orçamento Receita	
Anexo 5 Orçamento Despesa	



1. Nota Prévia

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), compete à junta de freguesia elaborar as Opções do Plano e a proposta de Orçamento, cabendo à Assembleia de Freguesia a sua aprovação em conformidade com a alínea a), n.º 1 do artigo 9.º do RJAL.

A presente proposta sobre as Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, foi elaborada tendo em consideração os requisitos legais na aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos Lei n.ºs 85/2016 e 33/2018, de 21 de dezembro e 15 de maio.

O SNC-AP foi desenvolvido tendo presente que o universo das administrações públicas engloba entidades da mais variada natureza e dimensão e com atividades e transações das mais simples às mais complexas podendo, assim, ser aplicado a todas elas independentemente de qualquer um destes fatores distintivos. Justifica-se portes, que a algumas entidades (como é o caso de algumas freguesias) possa ser permitido fazer uma aplicação simplificada do sistema desde que essa simplificação esteja assente nos mesmos princípios, conceitos e critérios para permitir a consistência e comparabilidade entre as diversas instituições e facilitar a consolidação quando apropriado.

Foi nesta base que foi elaborado o Regime Simplificado do SNC-AP já previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e aprovado pela Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto.



O regime simplificado¹ é uma opção que é concedida a dois tipos de entidades de menor dimensão e risco orçamental definidas nos artigos 3.º (Pequenas Entidades) e 4.º (Micro Entidades) da Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto.

De acordo com o previsto no n.º 46.º do ponto 11 da norma de contabilidade pública (NCP) 26 do SNC-AP, as demonstrações orçamentais a elaborar por uma microentidade e são:

- Orçamento e plano orçamental plurianual (ano seguinte, mais 4 anos);
- Plano plurianual de investimentos.

O SNC-AP, não prevê regras ou disposições específicas para a elaboração do orçamento. Não obstante, dispõe, no seu artigo 17.º, que é excluído da revogação do POCAL o ponto 3.3, relativo às regras previsionais, pelo que as mesmas se mantêm em vigor, aplicando-se essas regras à elaboração do orçamento para o ano do orçamento a aprovar, mas não para os anos seguintes considerados no mesmo. De referir que também, os pontos 2.9 e 8.3.1 previstos no POCAL e relativos ao controlo interno e às modificações do orçamento não se encontram revogados.

Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, no

¹ Os valores a considerar são anuais e a observação dos limites tem que verificar-se durante dois anos consecutivos.

- Pequena Entidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga superior a 1 milhão e inferior a 5 milhões de euros;

- Microentidade é aquela que durante dois anos consecutivos registou um montante global anual de despesa orçamental paga inferior a 1 milhão de euros.



seu artigo 40.º que o orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e a receita corrente deve ser pelo menos igual à despesa corrente. O saldo de gerência da execução orçamental pode ser incorporado numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.

O orçamento deve estar enquadrado num plano plurianual (N+4), para todos os anos a receita e a despesa devem estar equilibrados, deve ter em atenção o princípio da estabilidade orçamental, bem como o da equidade intergeracional previstos, respetivamente, nos artigos 5.º e 9.º do RFALEI.

Assim sendo, a autarquia deve realizar o exercício tendo por base a evolução que prevê ao nível da receita, associada à evolução expectável da base tributária e da procura de bens e serviços sujeitos a taxas ou preços, bem como das transferências e operações de financiamento que tenha previsto, como seja a comparticipação comunitária em projetos de investimento. No lado das despesas, deve ter em consideração os compromissos e obrigações já assumidos, bem como os projetos previstos no seu plano plurianual de investimentos e nas suas atividades mais relevantes.

A taxa de inflação prevista é um indicador relevante a considerar para a estimativa de receita e despesa.

Naturalmente, verifica-se um grau considerável de imprevisibilidade inerente à natureza de algumas tipologias de receita e de despesa, motivo pelo qual, a previsão para os anos seguintes ao do orçamento é meramente indicativa, sendo o quadro plurianual orçamental atualizado anualmente.

No exercício orçamental para o ano do orçamento a aprovar e para os anos seguintes recomenda-se, que apenas sejam considerados os projetos de investimento de execução anual e/ou plurianual, constantes da proposta de



Plano Plurianual de Investimentos que acompanha o orçamento, inscrevendo-se no ano de cada proposta de orçamento, os respetivos projetos que serão iniciados.

Os documentos previsionais deverão ser elaborados com base no classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, incluindo as rubricas previstas no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, de acordo com os modelos previstos no n.º 47.º do ponto 11 da NPC 26 do SNC-AP, uma vez que os reportes de execução terão de respeitar estes modelos.

Pretende assim o Executivo apresentar uma proposta adequada à realização de investimentos e despesas que pensa serem possíveis de concretização no exercício de 2021.

O surto do Covid-19, classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e que obrigou o nosso País a declarar o Estado de Emergência em 18 de março de 2020 e 6 de novembro de 2020, tem impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para todas as entidades. A incerteza da evolução futura do surto do Covid-19 pode levar a implicações na execução desta proposta de orçamento que podem, pelo que se registou na presente execução, vir a ser muito significativas.

Com o SNC-AP, a regularidade técnica na execução da contabilidade pública e na prestação de contas é assegurada pelo contabilista público. As funções de contabilista público são assumidas nas freguesias em que seja aplicado o regime simplificado, por ausência de recursos humanos que preencham os requisitos, a função do contabilista público pode ser assegurada por um contabilista certificado, nos termos do artigo 9.º dos Estatutos da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Nesta circunstância os documentos elaborados e relativos às Opções do Plano e Orçamentos, são colocados à análise e decisão da Assembleia de Freguesia de



harmonia com o preceituado na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da referida Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2. Normas Regulamentares da Execução do Orçamento

Capítulo I

Âmbito e Princípios Genéricos

Artigo 1.º - Definição e Objeto

1. O presente normativo estabelece regras e procedimentos necessários à execução do Orçamento da Freguesia, de modo a garantir o cumprimento dos princípios orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1 Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.
2. São também aplicáveis à execução do Orçamento, as disposições constantes da Norma de Controlo Interno.
3. O presente regulamento atende ainda ao disposto na seguinte legislação: Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro; Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho; Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho; Decreto-Lei 114/2007, de 19 de Abril; Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro; e Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Artigo 2.º - Utilização das Dotações Orçamentais

Durante o ano de 2021 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previstos ao abrigo do disposto da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

Artigo 3.º - Execução Orçamental

1. O Executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro.



2. Na execução dos documentos previsionais deverá ser tido em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovados e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo os princípios da utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
3. Deverá continuar a ser assegurado e implementado durante o ano de 2021 um efetivo sistema de controlo interno, com vista ao reforço do controlo financeiro, com o objetivo de garantir o rigor na execução orçamental e evitar a má utilização dos recursos autárquicos.

Artigo 4.º - Registo Contabilístico

1. O registo da receita e da despesa e dos respetivos movimentos contabilísticos serão efetuados em documentos próprios.
2. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, serão os constantes do sistema de controlo interno, aprovado nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Artigo 5.º - Gestão dos Bens Tangíveis e Intangíveis da Autarquia

1. A Gestão do Património da Freguesia executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário de Bens da Autarquia.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do órgão executivo através de informação-proposta ou documento equivalente, designadamente contratos, após aprovação da despesa bem como da verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 6.º - Modificações ao Orçamento

1. As dotações inscritas nas Opções do Plano, comparticipadas por Fundos Comunitários ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas, após reformulação, devidamente comprovada, do respetivo cronograma financeiro.



2. A modificação ao Orçamento, decorrente da aplicação de receitas legalmente consignadas, só poderá ser considerada com a efetiva atribuição (homologação) pela entidade respetiva.

Capítulo II

Receita e Despesa Orçamental

Artigo 7.º - Princípios Gerais para a Arrecadação de Receitas

1. Na execução do Orçamento da receita, devem ser respeitados os princípios e regras definidas no § 4 NCP 26, nomeadamente:
 - 1.1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e recebida se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada;
 - 1.2. A Liquidação pode exceder os valores inscritos no Orçamento.
2. A liquidação e o recebimento de receitas serão efetuados com base na legislação e regulamento em vigor.
3. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.

Artigo 8.º - Princípios Gerais para a Realização de Despesas

1. Na execução do Orçamento da despesa, devem ser respeitados os princípios e regras definidas no § 5 NCP 26, nomeadamente:
 - 1.1. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes situações:
 - a) verificada a conformidade legal e a regularidade da despesa, nos termos da lei;
 - b) registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda.
 2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.



3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, sendo as despesas permanentes, como salários, eletricidade, água, comunicações, seguros, rendas, contratos de fornecimento contínuos e contratos de quantidade, devem ser registados mensalmente.
4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental; a saber:
 - 4.1. No caso do investimento, se estiverem inscritas no Orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso;
 - 4.2. No caso das restantes despesas, se o saldo orçamental da rubrica for igual ou superior ao encargo a assumir.
 - 4.3. Os pagamentos só podem ser executados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na lei e/ou no presente regulamento.
5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
6. A autorização para a realização de despesas será concedida pela entidade com delegação de competência para o efeito, exarada sobre a requisição numerada ou documento equivalente, previamente cabimentada e apreciada a sua adequação às regras e princípios a aplicar na realização das despesas.
7. As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências para valores superiores a 5.000,00 euros, terão de ser acompanhadas de declaração da Segurança Social comprovativa da situação contributiva regularizada e identificação completa do beneficiário - nome, morada, contato, e-mail e número de identificação fiscal.
8. As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências para qualquer montante, terão de ser acompanhadas de declaração das Finanças comprovativas da situação tributária regularizada, a qual deverá mencionar que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respetivos juros.
9. No caso específico do compromisso da despesa, e tendo como princípio básico a não utilização da antecipação de fundos prevista no artigo 4º da LCPA, deverá atender-se à regra prevista no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º



127/2012 de 21 de junho, ou seja, os compromissos serão realizados em função dos trabalhos e fornecimentos a desenvolver mensalmente.

Artigo 9.º - Autorização para a Contratação das Despesas

1. As competências para a autorização da realização de despesas, são estabelecidas por deliberação do executivo, sem prejuízo da adoção de regras e demais procedimentos estabelecidos sobre esta matéria por legislação em vigor, nomeadamente Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
2. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas: vencimentos e salários, encargos de empréstimos, contribuições e impostos, reembolsos ou quotas ao Estado ou organismos seus dependentes, água, energia elétrica, telefone, prémios de seguros e quaisquer outros contratos que resultem de contratos legalmente celebrados, bem como o pagamento a diversas entidades por Operações de Tesouraria.
3. Qualquer encargo só pode ser assumido depois de ser previamente registado o cabimento da importância correspondente à despesa a pagar.

Artigo 10.º - Constituição de Fundos de Maneio

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Presidente da Junta a constituição de fundos de maneio, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. Cada um dos fundos referidos no número anterior, tem de ser regularizado no fim de cada mês, num único título e saldado no fim do ano, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.

Artigo 11.º - Pagamentos Eletrónicos

1. Para as aquisições que exijam o pagamento imediato, poderá ser atribuído um cartão de débito, na modalidade de pré-pago.
2. O Cartão é atribuído a um titular designado para o efeito pela unidade orgânica respetiva, o qual é responsável pela correta utilização do mesmo, após os competentes registos contabilísticos.



Artigo 12.º - Tramitação dos processos de Contratação Pública

1. Os serviços devem utilizar obrigatoriamente uma plataforma eletrónica de compras ou meio de transmissão eletrónica de dados, para desenvolver a tramitação de todos os procedimentos de contratação pública relativos, nomeadamente, às aquisições de bens e de serviços, às locações e às empreitadas ou concessões.
2. O disposto no número anterior deve ser sempre aplicável, independentemente do valor da despesa e mesmo que o procedimento a adotar seja o ajuste direto simplificado.
3. Cada procedimento para além de ter uma requisição associada deve estar devidamente justificado e suportado por uma informação prévia, de forma a se instruir respetivo o caderno de encargos.
4. De forma a garantir a disponibilização dos contratos nas datas pretendidas, cada unidade orgânica deve apresentar o respetivo pedido de compra respeitando os seguintes prazos de antecedência mínima:
 - a) 5 dias para aquisições de valor inferior a € 5.000,00;
 - b) 10 dias para aquisições de valor superior a €5.000,00;
 - c) 15 dias para aquisições de valor superior a €20.000,00.
 - d) 30 dias para aquisições de valor superior a €75.000,00.

Artigo 13.º - Procedimento para a Realização da Despesa

1. Os concursos públicos ou limitados, os procedimentos de negociação ou diálogo concorrencial, serão efetuados de harmonia com as regras de contratação pública estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
2. São excluídas dos procedimentos de contratação as entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações de impedimentos referidos no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
3. A realização de trabalhos de construção, reconstrução, restauro, reparação, conservação ou adaptação de imóveis, bem como às concessões de obras públicas e fornecimentos de obras públicas aplica-se o regime constante do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro. Os processos de formalização dos respetivos contratos, a adotar são os seguintes:



- 3.1. Concurso público – para empreitadas de valor igual ou superior a 150.000,00€.
- 3.2. Consulta prévia - para empreitadas de valor inferior a 150.000,00€
- 3.3. Ajuste direto - para empreitadas de valor inferior a 30.000,00€
4. A realização de despesas com aquisição de bens e serviços, locação e aquisição de bens imóveis, regem-se pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro. Os procedimentos a adotar são os seguintes:
 - 4.1. Concurso público – para aquisições cujo valor do contrato seja superior a 75.000,00€.
 - 4.2. Consulta prévia – para aquisições cujo valor seja inferior a 75.000,00 €.
 - 4.3. Ajuste direto – para aquisições cujo valor seja inferior a 20.000,00 €.
5. As adjudicações efetuadas ao abrigo do artigo 128º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro podem ser efetuadas sobre a fatura ou documento equivalente, quando o preço contratual não seja superior a 5.000 euros.
6. As despesas relativas a encargos de representação e a aquisição de bens para oferta que ultrapassem os 249,40 € mensais, despendidos de uma só vez ou fracionadamente carecem de autorização expressa do Presidente da Junta de Freguesia.

Artigo 14.º - Celebração e Formalização dos Contratos

1. Não há obrigatoriedade de celebração de contrato escrito nas seguintes condições:
 - 1.1. Quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda € 10 000;
 - 1.2. Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou de adquirir serviços ao abrigo de um contrato público de aprovisionamento;
 - 1.3. Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou de adquirir serviços nos seguintes termos:
 - 1.3.1. O fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços deva ocorrer integralmente no prazo máximo de 20 dias a contar da data em que o adjudicatário comprove a prestação da caução ou, se esta não for exigida, da data da notificação da adjudicação;



1.3.2. A relação contratual se extinga com o fornecimento dos bens ou com a prestação dos serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos; e

1.3.3. O contrato não esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas; ou

1.4. Quando se trate de contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15 000.

2. A redução do contrato a escrito pode ser dispensada pelo órgão competente para a decisão de contratar, mediante decisão fundamentada, quando:

2.1. A segurança pública interna ou externa o justifique;

2.2. Seja adotado um concurso público urgente; ou

2.3. Por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, seja necessário dar imediata execução ao contrato.

3. A competência para dispensa de contrato escrito na situação do número anterior, cabe à entidade competente para autorizar a despesa.

Artigo 15.º - Publicitação de Modificações ao Contrato

1. Os atos administrativos do contraente público ou os acordos entre as partes que impliquem quaisquer modificações objetivas do contrato e representem um valor acumulado superior a 15 % do preço contratual devem ser imediatamente publicitados, pelo contraente público, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, devendo a publicidade ser mantida até seis meses após a extinção do contrato.

2. A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia dos atos administrativos ou acordos modificativos, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

Artigo 16.º - Publicitação dos Ajustes Diretos e Consultas Prévias



1. A celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste direto ou consulta prévia deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.
2. A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

Artigo 17.º - Limitações à Contratação

1. Não podem ser convidadas a apresentar proposta empresas com as quais a autarquia já tenha celebrado, nesse ano económico ou nos dois anos económicos anteriores, contratos cujo objeto seja idêntico ou abranja prestações do mesmo tipo, e cujo preço contratual acumulado seja iguais ou superior aos limites da consulta prévia (€150.000,00 nas empreitadas de obras públicas; €75.000,00 nas aquisições de bens e serviços) ou do ajuste direto (€30.000,00 nas empreitadas de obras públicas; €20.000,00 nas aquisições de bens e serviços).
2. Não podem ser convidadas entidades que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestados serviços, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores.

Artigo 18.º - Conferência, Verificação e Registo da Despesa

A conferência, verificação e registo inerente à realização de despesas efetuadas, deverá obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis (e Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro) e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, em particular pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Capítulo III

Disposições Finais

Artigo 19.º - Competências

Nos termos do disposto do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a junta de freguesia delega no seu presidente as competências para autorização de realização de despesas até ao limite de € 99.759,65.



Artigo 20.º - Assunção de Compromissos Plurianuais

1. Considerando que, conforme dispõe do artigo 12º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.
2. Face aos considerandos é dada autorização prévia e genérica, pela assembleia de freguesia, ao executivo para a assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:
 - 2.1. Resultem dos projetos ou ações constantes nas Grandes Opções do Plano;
 - 2.2. Os seus encargos não excedam o limite de 9.999,99 € (nove mil, novecentos e noventa e nove euros e noventa e nove cêntimos);
 - 2.3. Resultem de reprogramações financeiras de correntes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma físico de investimentos ou outros legalmente previstos;
 - 2.4. Sejam despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo, observando os limites impostos pelo regime da contratação pública, destacam-se nomeadamente as despesas com os acordos do IEF, com seguros, com encargos de instalações e com as telecomunicações.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia de Freguesia deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Artigo 21.º - Fundos disponíveis – Utilização o saldo de gerência anterior

Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência anterior, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro, sendo esta utilização distinta da sua integração no orçamento, que ocorrerá nos termos da legislação em vigor.

Artigo 22.º - Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com a regras e procedimentos previstos nas presentes normas e na legislação em:



- a) Vencimentos e salários;
 - b) Subsídio familiar a crianças e jovens;
 - c) Encargos de Saúde;
 - d) Rendas, alugueres e outras avenças mensais;
 - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos dependentes;
 - g) Água, energia elétrica, gás;
 - h) Comunicações telefónicas e postais;
 - i) Prémio de seguros;
 - j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais;
 - k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional;
 - l) Encargos de instituições bancárias;
 - m) Encargos de empréstimos e locações;
 - n) Emolumentos;
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

Artigo 23.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas suscitadas na execução do orçamento e na aplicação do seu regulamento são esclarecidas por despacho do Presidente da Junta.



I - AS OPÇÕES DO PLANO



1. Missão, Objetivos e Estratégia

1.1. Missão

A União de Freguesias de Sepins e Bolho é responsável pela gestão dos interesses da autarquia, no âmbito das competências que o quadro jurídico² em vigor lhe confere, utilizando todos os recursos ao seu dispor

² Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
Artigo 16.º - Competências materiais

- ...
- f) Executar, por empreitada ou administração direta, as obras que constem das opções do plano e tenham dotação orçamental adequada nos instrumentos de gestão previsionais aprovados pela assembleia de freguesia;
 - g) Aprovar operações urbanísticas em imóveis integrados no domínio patrimonial privado da freguesia, após parecer prévio das entidades competentes;
 - h) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia de freguesia os projetos de regulamentos externos da freguesia, bem como aprovar regulamentos internos;
 - i) Discutir e preparar com a câmara municipal contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
 - j) Submeter à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução, bem como da respetiva resolução e, no caso de contratos de delegação de competências, revogação;
 - k) Discutir e preparar com as organizações de moradores protocolos de delegação de tarefas administrativas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade;
 - l) Submeter à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração dos protocolos de delegação de tarefas administrativas previstos na alínea anterior;
 - m) Discutir e preparar com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia protocolos de colaboração, designadamente quando os respetivos equipamentos sejam propriedade da freguesia e se salvguarde a sua utilização pela comunidade local;
 - n) Submeter à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração dos protocolos de colaboração referidos na alínea anterior;
 - o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para a freguesia, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;
 - p) Pronunciar-se sobre projetos de construção e de ocupação da via pública, sempre que tal lhe for requerido pela câmara municipal;
 - q) Participar, nos termos acordados com a câmara municipal, no processo de elaboração dos planos municipais de ordenamento do território;
 - r) Colaborar, nos termos acordados com a câmara municipal, na discussão pública dos planos municipais do ordenamento do território;
 - s) Facultar a consulta pelos interessados dos planos municipais de ordenamento do território;
 - t) Promover e executar projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social, cultura e desporto;
 - u) Participar, em colaboração com instituições particulares de solidariedade social, em programas e iniciativas de ação social;
 - v) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia;
 - w) Emitir parecer sobre a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações;
 - x) Prestar a outras entidades públicas toda a colaboração que lhe for solicitada, designadamente nos domínios da estatística e outros do interesse da população da freguesia;
 - y) Colaborar com a autoridade municipal de proteção civil na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe;
 - z) Promover a conservação de abrigos de passageiros existentes na freguesia;
 - aa) Gerir, conservar e promover a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos;
 - bb) Gerir e manter parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local;
 - cc) Conservar e promover a reparação de chafarizes e fontanários públicos;
 - dd) Colocar e manter as placas toponímicas;
 - ee) Conservar e reparar a sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais;
 - ff) Proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais;
 - gg) Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade da freguesia, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas;
 - hh) Gerir, conservar e promover a limpeza dos cemitérios propriedade da freguesia;
 - ii) Administrar e conservar o património da freguesia;
 - jj) Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis propriedade da freguesia;
 - kk) Adquirir e alienar bens móveis;
 - ll) Declarar prescritos a favor da freguesia, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, bem como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade da freguesia, quando não sejam conhecidos os proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção de forma inequívoca e duradoura;
 - mm) Fornecer material de limpeza e de expediente às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de educação pré-escolar;
 - nn) Proceder ao registo e ao licenciamento de camifeos e gatifeos;
 - oo) Proceder à administração ou à utilização de baldios sempre que não existam assembleias de compartes;
 - pp) Executar, no âmbito da comissão recenseadora, as operações de recenseamento eleitoral, bem como desempenhar as funções que lhe sejam determinadas pelas leis eleitorais e dos referendos;
 - qq) Lavar termos de identidade e justificação administrativa;
 - rr) Passar atestados;
 - ss) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos de ações tutelares ou de auditorias levadas a efeito aos órgãos ou serviços da freguesia;
 - tt) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
 - uu) Deliberar sobre a constituição e participação nas associações previstas no título V;



para a valorização de todos os aspetos que contribuam para um desenvolvimento sustentado da Freguesia.

1.2. Visão

A União de Freguesias de Sepins e Bolho, tem como missão planear, definir e implementar estratégias e linhas orientadoras que promovam o desenvolvimento sustentável da freguesia nas áreas social, ambiental, educação, desporto e cultura bem como, promover a valorização e a coesão social em diálogo com as instituições, cidadãos e agentes do comércio local, através de uma e ciente, rigorosa e transparente gestão e afetação de recursos, de acordo com as melhores práticas de gestão autárquica.

1.3. Valores

Para prosseguir visão e missão definida, esta União de Freguesias pauta a sua ação pelo seguinte quadro de valores:

- Compromisso com o cidadão;
- Valorização da componente humana;
- Rigor, integridade e transparência;
- Responsabilidade social;
- Cidadania;

vv) Remeter ao Tribunal de Contas as contas da freguesia;

ww) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela assembleia de freguesia;



- Lealdade

1.4. Responsabilidade Social

A qualidade dos serviços públicos em matéria de responsabilidade social, assenta nas boas práticas que o organismo público apresenta quando desenvolve o seu trabalho social ao nível interno e externo. Uma organização é socialmente responsável quando tem em conta, nos seus próprios objetivos, o ambiente, a comunidade onde está inserida e o capital humano. Para tal esta União de Freguesias pauta a sua ação assente nos seguintes princípios:

- Cumprir a legislação e os regulamentos aplicáveis, assegurando sempre o respeito pelas convenções e declarações reconhecidas nacional e internacionalmente;
- Zelar pelo meio ambiente através de uma atuação responsável, privilegiando a prevenção da poluição e uma eficaz gestão dos recursos naturais;
- Atuar de forma transparente, adotando o princípio da precaução, reconhecendo o direito de todas as partes interessadas em serem ouvidas;
- Reconhecer os aspetos da responsabilidade social e integrar os mesmos no Sistema de Gestão e no processo de tomada de decisão;
- Assegurar a responsabilização pelas ações e omissões da organização e prestação de contas pela sua conduta face às legítimas preocupações das partes interessadas;



- Garantir o cumprimento das metodologias definidas no âmbito da segurança alimentar de modo assegurar a disponibilização ao utente de refeições e alimentos seguros e inócuos.

1.5. Objetivos

Desenvolver todos os esforços para concretizar as ações descritas nas Opções do Plano bem como no orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos com as dotações financeiras atribuídas e as esperadas com o regular funcionamento da Freguesia.

Para o período temporal a que este plano corresponde, existe um conjunto articulado de objetivos, definidos para um horizonte móvel de quatro anos e que, portanto, ultrapassam o horizonte anualizado de 2021.

- Reforçar a crescente importância da freguesia no contexto do Concelho;
- Reforçar as condições de bem-estar social;
- Proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos;
- Criar condições para o relançamento das atividades económicas;
- Promover o aumento do grau cultural e dar a conhecer novas realidades à população.

1.6. Estratégias

Definido que está o quadro base, com a assunção da missão e objetivos, é possível estabelecer um conjunto de estratégias que suportem as ações a



implementar durante os doze meses que se seguem, assumindo-se que algumas delas prosseguirão para além desse horizonte.

Estratégias a desenvolver:

- Manter e reforçar o contato com os organismos, entidades e todos os interessados no progresso da freguesia, de forma a suscitar plataformas de consenso alargadas e potenciar sinergias entre as entidades;
- Manter uma atuação constante de procura de novas parcerias, tendo em vista a maximização da garantia de apoios para a execução das atividades;
- Melhorar as acessibilidades e as mobilidades;
- Melhorar o ambiente através da execução de ações tipo como a melhoria da distribuição de água e da recolha dos resíduos sólidos, a melhoria da limpeza dos espaços públicos, a continuação da intervenção na interceção das águas residuais;
- Modernização dos processos de gestão tendo em vista a melhoria dos serviços prestados.



2. Áreas de Ação

2.1. Planeamento e Desenvolvimento Organizacional

- Melhorar as Instalações da Junta de Freguesia (modernização do equipamento, funcionalidade, embelezamento)
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados, celeridade, informação e simplificação de procedimentos
- Melhorar o funcionamento da Junta de Freguesia, com atendimento ao público e ajustamento de horários de acordo com os interesses da população
- Reorganizar os arquivos, em funcionalidade e utilidade
- Descentralizar serviços, através de protocolos com entidades (CMC, ARSC, Segurança Social, IEFP, DGT)
- Levantamento cadastral dos baldios e do património da junta

2.2. Património Histórico e Cultural

- Levantamento do património histórico, arqueológico e cultural
- Apoiar e incentivar todas as iniciativas inovadoras que se mostrem importantes para o desenvolvimento económico e bem-estar da população da Freguesia
- Propor o intercâmbio aos mais diversos níveis com outras autarquias, tendo em vista a partilha de experiências e o



conhecimento de novas realidades que permitam o desenvolvimento da Freguesia e das suas gentes

- Representar condignamente a Freguesia em eventos oficiais e outros

2.3. Higiene, Segurança e Saúde

- Promover campanhas de higiene e limpeza da freguesia
- Melhorar e reforçar do sistema de energia elétrica da Freguesia, com lâmpadas de vapor de sódio de alta pressão – cor amarela
- Reforçar a segurança rodoviária, com sinalização vertical, passadeiras, lombas nos cruzamentos com pouca visibilidade
- Promover todas as ações necessárias para uma resposta efetiva em termos de acessibilidade e oferta de cuidados de saúde à população, fazendo todas as diligências e protocolos necessários com entidades públicas (Câmara, ARSC, Hospital, Extensão de Saúde) e/ou privadas, ou de solidariedade social

2.4. Formação, Educação e Cultura

- Dinamizar e apoiar todas as iniciativas culturais e/ou formativas
- Promover ações de formação nas mais variadas áreas, programas ocupacionais em articulação com o IIEFP, ou outras entidades ou associações de freguesia, tendo em vista o enriquecimento cultural e social dos cidadãos da freguesia



- Promover, incentivar e intensificar ações que despertem o gosto pela cultura. Efetuar exposições, concertos, teatros e outras manifestações culturais.
- Realizar, anualmente, uma viagem/visita cultural para os idosos
- Apoiar e incentivar as coletividades que proponham trazer cultura para a Freguesia;

2.5. Ambiente e Espaços Verdes

- Incentivar a população a zelar pela beleza e limpeza da nossa terra
- Promover a manutenção de um ambiente saudável e criar mais e melhores espaços verdes e preservar os existentes
- Assegurar a limpeza e ajardinamento de espaços públicos
- Diligenciar e promover ações de educação ambiental e sanitária
- Apostar no embelezamento da freguesia, certos que tal significará um melhor ambiente e mais qualidade de vida
- Efetuar um controlo periódico de serviço e remoção de lixos
- Incentivar e garantir a recolha de “monos” dos particulares
- Promover a limpeza e arranjo de Fontes e Lavadouros

2.6. Infraestruturas, Urbanismo e Bem-Estar

- Assegurar bons acessos (alcatroamento, iluminação) a todas as zonas de habitação



- Requalificar valetas e implementar o avanço sustentado da rede de passeios públicos na freguesia.
- Facilitar o escoamento de águas pluviais
- Colaborar na aplicação de manilhas e calçadas em situações de interesse público
- Garantir a limpeza das bermas das estradas e dos caminhos
- Requalificar largos, parques, lavadouros e fontanários
- Reorganizar o espaço dos contentores e ecopontos
- Promover arranjos urbanísticos dos espaços públicos
- Construção de passeios, valetas e espaços para estacionamento em diversos locais da freguesia

2.7. Desporto, Juventude e Ação Social

- Apostar no desenvolvimento e promoção do desporto, apoiando as coletividades e iniciativas vocacionadas para a sua prática
- Incentivar e apoiar projetos de apoio à juventude com a colaboração de todas as associações vocacionadas para os jovens, da freguesia, com ênfase na educação, desporto, cultura, emprego, habitação e lazer
- Lutar contra a exclusão social, identificar e encaminhar os casos/situações que careçam de apoio social especial aos mais diversos níveis de desintegração social
- Apoiar as camadas etárias e sociais mais vulneráveis e desprotegidas
- Apoiar as iniciativas de carácter social que se manifestem a favor da população



- Facilitar, proporcionar e disponibilizar o apoio social a todas as entidades relacionadas com a infância e a terceira idade na nossa freguesia
- Promover passeios/visitas culturais e de lazer à população
- Apoiar as ações de solidariedade, que visem o bem-estar dos cidadãos da Freguesia

2.8. Organização Administrativa

A excelência no atendimento continuará a merecer a nossa atenção, maximizando o potencial das tecnologias de que dispomos, provendo os funcionários das competências necessárias ao bom desempenho das suas funções, dando assim, uma nova dinâmica à nossa Missão que é servir os nossos cidadãos.

Esta Freguesia continuará:

- Promover a reorganização e modernização dos serviços administrativos, prestando um serviço global de qualidade com base na promoção da transparência dos atos e decisões;
- Equipar a sede, de um moderno software, tendo em conta exigências atuais
- Proceder à avaliação de desempenho de todos os funcionários.
- Utilizar as potencialidades da página web, com o objetivo de divulgar as atividades que a autarquia apoia ou organiza, desenvolvendo e melhorando os seus conteúdos, procurando manter atualizada toda a informação que lhe diz respeito.



Dando cumprimento ao definido nos Artº.s 29ª. e 31º. da Lei 35/2014, de 20 de junho e em alinhamento com as linhas estratégicas definidas para 2021, a autarquia elaborou o seu Mapa de Pessoal, tendo como objetivo prosseguir a adequação da estrutura organizacional às necessidades e dimensão dos serviços com vista a melhorar a organização e a gestão pública em ordem ao cumprimento da visão e missão da Junta de Freguesia.

O MAPA DE PESSOAL, constituído pelo ANEXO 1 que acompanha e faz parte integrante deste documento, reflete uma estrutura consistente e ponderada.



II - ORÇAMENTO



As Opções do Plano e o Orçamento são dois importantes documentos de gestão contendo o quadro previsionar, em função do qual a administração autárquica desenvolve a sua ação na prossecução dos interesses autárquicos. Constituem os instrumentos legais, com base nos quais, a freguesia, assegura a sua gestão, ao longo do ano. Assim, na elaboração das Opções do Plano e Orçamento, constitui primeira preocupação a priorização das necessidades, face aos meios financeiros disponíveis ou a obter.

1. Nota de Enquadramento

No seguimento das propostas apresentadas para o quadriénio 2017/2021, terminamos o pretérito exercício com sentido do dever cumprido e conscientes de que ainda temos muito trabalho pela frente na prossecução de todos os objetivos a que nos propusemos. A presente proposta consubstancia um vasto conjunto de atividades e orientações a ser executadas pela Freguesia, na figura dos seus diversos serviços, durante o ano de 2021, tendo por fim último a melhoria das condições de vida de todos, a par de um desenvolvimento sustentável.

Os documentos previsionais para o exercício de 2021 consubstanciam, naquele contexto, uma vez mais, um rigoroso e prudente exercício de prospetiva e uma demonstração inequívoca, sustentada nos resultados alcançados em exercícios anteriores, da sustentabilidade orçamental e financeira. Este Executivo continua e alicerça neste exercício de 2021, uma vez mais, uma gestão rigorosa, económica, eficiente e eficaz, reconhecendo que a salvaguarda dos interesses próprios das populações, que legitimamente representa, só é possível se proporcional aos recursos disponíveis.



2. Enquadramento Macroeconómico

As projeções mais recentes das instituições internacionais (OCDE e BCE) apontam para uma recuperação da atividade económica mundial no próximo ano. De acordo com a OCDE, prevê-se que em 2021, o PIB mundial cresça 5% (-4,5% em 2020), tendência que se estende à generalidade das economias avançadas e dos países emergentes. Porém, estas previsões estão rodeadas de uma incerteza particularmente elevada, associada à evolução imprevisível da pandemia de COVID-19 e da eventual necessidade de mais medidas de restrição e confinamento que podem condicionar o ritmo de recuperação das respetivas economias.

No que concerne à área do euro, é expectável que o PIB possa crescer em torno de 5% em 2021 (cerca de -8% em 2020), refletindo a retoma do comércio mundial e o impacto positivo das medidas de apoio às empresas e às famílias entretanto implementadas pelos governos e pelo BCE, a par do início de execução de elevadas transferências comunitárias inseridas no plano de recuperação europeu e no Quadro Financeiro Plurianual.

Para 2021 perspetiva-se uma recuperação da economia portuguesa, com um crescimento real do PIB de 5,4%, face à forte contração de 8,5% estimada para 2020.



3. Orçamento SNC-AP

O novo normativo traz uma nova forma de contabilização referente a contabilização da receita e da despesa, consequência da nova Classe 0, assim como novas demonstrações e melhorias nas demonstrações e mapas existentes em comparação ao POCAL. O modelo de orçamento do SNC-AP, deixa de lado o foque na classificação económica e procura conjugar a parte da receita com a da despesa, oferecendo alguns indicadores orçamentais importantes como o Saldo Global, Corrente, de Capital e o Saldo Primário.

O Saldo global corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva. O Saldo primário corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros. O Saldo corrente corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes. O Saldo de capital corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.

Pelo novo normativo este orçamento terá obrigatoriamente uma perspetiva de médio prazo. Considerando a atual situação que o país atravessa, onde a pandemia Covid-19 provocou altos graus de incerteza nos indicadores económicos e sociais e considerando a proximidade das eleições autárquicas os valores estimados nestas demonstrações para o médio prazo são, senão iguais, praticamente iguais aos valores dos considerados no atual orçamento.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEPINS E BOLHO



FREGUESIA DE SEPINS E BOLHO
510840094
Rua do Junqueiro, n.º 20
3060-553 Sepins

Orçamento Plurianual
2021

Rubrica	Designação	Orçamento 2021		Soma	Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período		2022	2023	2024	2025
R1	Receita corrente		146.424,63 €	147.888,87 €	149.353,13 €	150.817,37 €	152.281,62 €	
R1.1	Receita fiscal		3.165,89 €	3.197,55 €	3.229,21 €	3.260,87 €	3.292,53 €	
R1.2	Impostos indiretos		3.165,89 €	3.197,55 €	3.229,21 €	3.260,87 €	3.292,53 €	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R3	Taxas, multas e outras penalidades		825,00 €	833,25 €	841,50 €	849,75 €	858,00 €	
R4	Rendimentos de propriedade		2.486,40 €	2.511,26 €	2.536,13 €	2.560,99 €	2.585,86 €	
R5	Transferências e subsídios correntes		101.847,34 €	103.865,81 €	105.884,29 €	107.902,76 €	109.921,23 €	
R5.1	Transferências correntes		101.847,34 €	103.865,81 €	105.884,29 €	107.902,76 €	109.921,23 €	
R5.1.1	Administrações Públicas		101.347,34 €	103.367,81 €	105.374,29 €	107.382,76 €	109.401,23 €	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado		62.938,00 €	63.567,38 €	64.196,76 €	64.826,14 €	65.455,52 €	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		8.089,34 €	8.170,23 €	8.251,13 €	8.332,02 €	8.412,91 €	
R5.1.1.3	Segurança Social		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R5.1.1.4	Administração Regional		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R5.1.1.5	Administração Local		30.320,00 €	30.623,20 €	30.926,40 €	31.229,60 €	31.532,80 €	
R5.1.2	Exterior - UE		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R5.1.3	Outras		500,00 €	505,00 €	510,00 €	515,00 €	520,00 €	
R5.2	Subsídios correntes		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R6	Venda de bens e serviços		3.100,00 €	3.131,00 €	3.162,00 €	3.193,00 €	3.224,00 €	
R7	Outras receitas correntes		35.000,00 €	35.350,00 €	35.700,00 €	36.050,00 €	36.400,00 €	
R8	Receita de capital		55.400,00 €	55.400,00 €	55.400,00 €	55.400,00 €	55.400,00 €	
R8	Venda de bens de investimento		5.400,00 €	5.400,00 €	5.400,00 €	5.400,00 €	5.400,00 €	
R9	Transferências e subsídios de capital		50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	
R9.1	Transferências de capital		50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	
R9.1.1	Administrações Públicas		50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.3	Segurança Social		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.4	Administração Regional		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9.1.1.5	Administração Local		50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	50.000,00 €	
R9.1.2	Exterior - UE		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R9.1.3	Outras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R10	Outras receitas de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Receita efetiva [1]		201.824,63 €	203.288,87 €	204.753,13 €	206.217,37 €	207.681,62 €	
	Receita não efetiva [2]		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R12	Receita com ativos financeiros		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
R13	Receita com passivos financeiros		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Receita total [3]=[1]-[2]		201.824,63 €	203.288,87 €	204.753,13 €	206.217,37 €	207.681,62 €	

Q.01 -Orçamento SNC-AP (Receita)



FREGUESIA DE SEPINS E BOLHO
510840094
Rua do Junqueiro, n.º 20
3060-553 Sepins

Orçamento Plurianual
2021

Rubrica	Designação	Orçamento 2021		Soma	Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período		2022	2023	2024	2025
D1	Despesa Corrente		130.424,63 €	131.888,87 €	133.353,13 €	134.817,37 €	136.281,62 €	
D1.1	Despesa com o pessoal		65.649,54 €	66.306,44 €	66.963,34 €	67.620,24 €	68.277,14 €	
D1.1	Remunerações certas e permanentes		49.752,69 €	50.256,22 €	50.747,74 €	51.245,27 €	51.742,80 €	
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais		6.500,00 €	6.565,00 €	6.630,00 €	6.695,00 €	6.760,00 €	
D1.3	Segurança social		9.397,25 €	9.491,22 €	9.585,20 €	9.679,17 €	9.773,14 €	
D2	Aquisição de bens e serviços		29.838,24 €	30.296,62 €	30.755,01 €	31.213,39 €	31.671,77 €	
D3	Juros e outros encargos		290,00 €	292,50 €	295,00 €	297,50 €	299,00 €	
D4	Transferências e subsídios correntes		14.686,45 €	14.833,31 €	14.980,18 €	15.127,04 €	15.273,91 €	
D4.1	Transferências correntes		2.000,00 €	2.020,00 €	2.040,00 €	2.060,00 €	2.080,00 €	
D4.1.1	Administrações Públicas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4.1.1.3	Segurança Social		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4.1.1.4	Administração Regional		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4.1.1.5	Administração Local		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo		2.000,00 €	2.020,00 €	2.040,00 €	2.060,00 €	2.080,00 €	
D4.1.3	Famílias		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4.1.4	Outras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D4.2	Subsídios correntes		12.686,45 €	12.813,31 €	12.940,18 €	13.067,04 €	13.193,91 €	
D5	Outras despesas correntes		20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	
D6	Despesa de capital		71.400,00 €	71.400,00 €	71.400,00 €	71.400,00 €	71.400,00 €	
D6	Aquisição de bens de capital		71.400,00 €	71.400,00 €	71.400,00 €	71.400,00 €	71.400,00 €	
D7	Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1	Transferências de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1	Administrações Públicas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1.3	Segurança Social		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1.4	Administração Regional		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.1.5	Administração Local		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.3	Famílias		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D7.1.4	Outras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D8	Outras despesas de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Despesa efetiva [4]		201.824,63 €	203.288,87 €	204.753,13 €	206.217,37 €	207.681,62 €	
	Despesa não efetiva [5]		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D9	Despesa com ativos financeiros		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
D10	Despesa com passivos financeiros		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Despesa total [6]=[4]-[5]		201.824,63 €	203.288,87 €	204.753,13 €	206.217,37 €	207.681,62 €	
	Saldo global [1] - [4]		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	Despesa primária		201.574,63 €	203.038,37 €	204.498,37 €	205.958,37 €	207.418,63 €	
	Saldo corrente		16.000,00 €	16.000,00 €	16.000,00 €	16.000,00 €	16.000,00 €	
	Saldo de capital		16.000,00 €	16.000,00 €	16.000,00 €	16.000,00 €	16.000,00 €	
	Saldo primário		250,00 €	252,50 €	255,00 €	257,50 €	260,00 €	

Q.02 -Orçamento SNC-AP (Despesa)



A criação de rubricas nas demonstrações orçamentais permite normalizar a estrutura destes elementos de relato à semelhança das demonstrações financeiras, deixando assim de se apresentar a execução orçamental em toda a extensão dos classificadores orçamentais utilizados pelas entidades.

Estas novas demonstrações não são apresentadas ao nível do detalhe do classificador económico da receita e da despesa, existe, contudo, uma correspondência entre os códigos da classificação económica da receita e da despesa, previstos no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais.

Sendo a finalidade de uma demonstração previsional indicar de que modo e em que montante se prevê arrecadar recursos e quais os fins previstos para a sua utilização, a informação assim apresentada não nos parece suficiente pelo que vamos procurar desdobrar esta informação nos capítulos subsequentes.

4. Recursos Financeiros

Os dados orçamentais de 2019, a atividade desenvolvida durante o ano de 2020, ambos pautados pelo rigor e controle na conjugação dos fluxos financeiros de entrada (recebimentos / receitas) e de saída (compromissos assumidos / pagamentos / despesa), constituíram, nesta fase de preparação e apreciação das Opções do Plano e Orçamento elemento importante na perspetivação das previsões para o ano de 2021.

Em termos globais o orçamento apresenta um acréscimo de 1.98% face ao orçamento inicial de 2020, no montante de 3.913,01 euros.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEPINS E BOLHO

	2021	%	2020	%	Varição	%
Receitas Correntes	146 424,63 €	72,55%	142 911,62 €	72,21%	3 513,01 €	
Receitas de Capital	55 400,00 €	27,45%	55 000,00 €	27,79%	400,00 €	
	201 824,63 €		197 911,62 €		3 913,01 €	1,98%

Q.03 -Orçamento Receitas 2021 vs 2020

	2021	%	2020	%	Varição	%
Despesas Correntes	130 424,63 €	64,62%	131 411,62 €	66,40%	- 986,99 €	
Despesas de Capital	71 400,00 €	35,38%	66 500,00 €	33,60%	4 900,00 €	
	201 824,63 €		197 911,62 €		3 913,01 €	1,98%

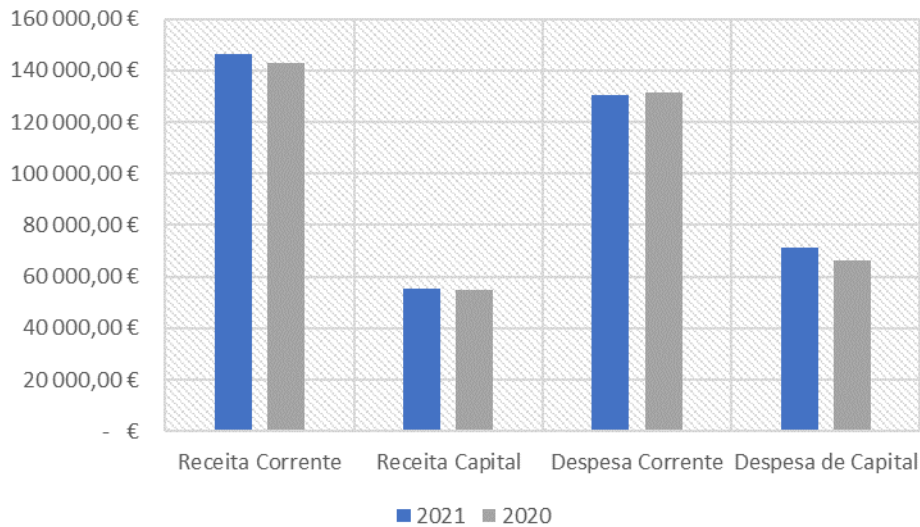
Q.04 -Orçamento Despesas 2021 vs 2020

A previsão de receitas e de despesas para o próximo ano é de 201.824,63 euros. A receita corrente atingirá um montante de 146.424,63 euros e suportará uma despesa corrente de 130.424,63 euros. A despesa de capital ascenderá a 71.400,00 euros, sendo que a receita de capital ficará pelos 55.400,00 euros.

Em termos relativos verifica-se neste orçamento que a receita corrente representa 72.55% da receita total. Na componente da despesa o peso relativo das despesas correntes fixa-se nos 64.62% da despesa total.



F.01 - Evolução das Receitas e das Despesas

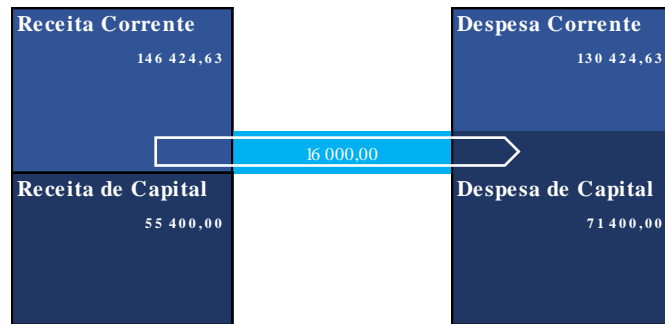


Receitas	Valor
Receitas Correntes	146 424,63 €
Impostos directos	3 165,89 €
Impostos indirectos	- €
Taxas, multas e outras penalidades	825,00 €
Rendimentos da propriedade	2 486,40 €
Transferências correntes	101 847,34 €
Venda de bens e serviços correntes	3 100,00 €
Outras receitas correntes	35 000,00 €
Receitas de Capital	55 400,00 €
Venda de bens de investimento	5 400,00 €
Transferências de capital	50 000,00 €
Ativos financeiros	- €
Passivos financeiros	- €
Outras receitas de capital	- €
Total	201 824,63 €

Despesa	Valor
Despesas Correntes	130 424,63 €
Despesas com o pessoal	65 649,94 €
Aquisição de bens e serviços	29 838,24 €
Juros e outros encargos	250,00 €
Transferências correntes	2 000,00 €
Subsídios	12 686,45 €
Outras despesas correntes	20 000,00 €
Despesas de Capital	71 400,00 €
Aquisição de bens de capital	71 400,00 €
Transferências de capital	- €
Ativos financeiros	- €
Passivos financeiros	- €
Outras despesas de capital	- €
Total	201 824,63 €

Q.05 - Orçamento por classificação económica

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas será aprofundada em capítulos subsequentes.



Q.06 - Poupança Corrente

O saldo corrente regista um superavit de 16.000,00 euros, o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital

Rácios	2021	2020
Rácios da Receita		
Impostos / Total das receitas	1,57%	1,90%
Taxas / Total das receitas	0,41%	1,11%
Transferências / Total receitas	75,24%	73,95%
Venda de bens / Total das receitas	4,21%	4,09%
Rácios da Despesa		
Despesa Pessoal / Total da despesa	32,53%	32,11%
Bens e Serviços / Total da despesa	14,78%	15,94%
Transferências / Total da despesa	0,99%	1,01%
Investimento / Total despesa	35,38%	33,35%

Q.07 - Rácios Orçamentais

Numa perspetiva dinâmica e mais abrangente, e com suporte nas dotações previstas para 2021, verifica-se um aumento do peso das transferências sobre o total das receitas.



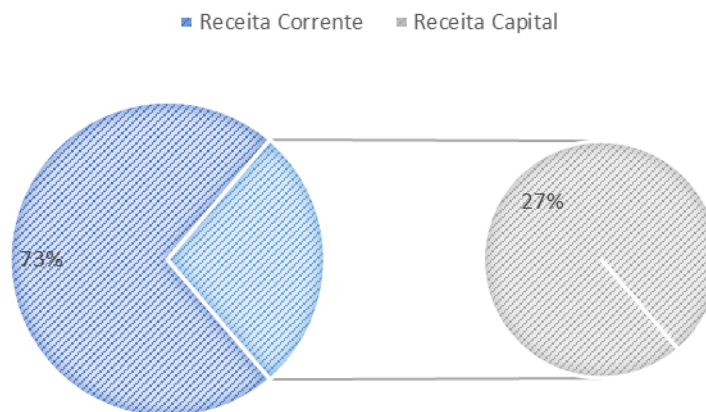
5. Previsão das Receitas

Da receita total, prevê-se que 146.424,63 euros tenham origem em receitas correntes (72,55%) e 55.400,00 euros em receitas de capital (27,45%).

	2021	%	2020	%	Varição
Receitas Correntes	146 424,63 €	72,55%	142 911,62 €	72,21%	3 513,01 €
Impostos directos	3 165,89 €	2,16%	3 759,88 €	2,63%	- 593,99 €
Impostos indirectos	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Taxas, multas e outras penalidades	825,00 €	0,56%	2 200,00 €	1,54%	- 1 375,00 €
Rendimentos da propriedade	2 486,40 €	1,70%	2 486,40 €	1,74%	- €
Transferências correntes	101 847,34 €	69,56%	96 365,34 €	67,43%	5 482,00 €
Venda de bens e serviços correntes	3 100,00 €	2,12%	3 100,00 €	2,17%	- €
Outras receitas correntes	35 000,00 €	23,90%	35 000,00 €	24,49%	- €
Receitas de Capital	55 400,00 €	27,45%	55 000,00 €	27,79%	400,00 €
Venda de bens de investimento	5 400,00 €	9,75%	5 000,00 €	9,09%	400,00 €
Transferências de capital	50 000,00 €	90,25%	50 000,00 €	90,91%	- €
Activos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Passivos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Outras receitas de capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
	201 824,63 €	100,00%	197 911,62 €	100,00%	3 913,01 €

Q.08 - Orçamento da Receita por classificação económica

F.02 ESTRUTURA DA RECEITA





5.1. Receitas Correntes

Ao nível das receitas correntes, os grandes capítulos e as principais fontes de financiamento são as seguintes:

UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEPINS E BOLHO						ORÇAMENTO 2021	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
RECEITAS CORRENTES						146 424,63	
01					Impostos directos		3 165,89
01	02				Outros		
01	02	02			Imposto municipal sobre imóveis	3 165,89	
04					Taxas, multas e outras penalidades		825,00
04	01				Taxas		
04	01	23			Taxas específicas das autarquias locais		
04	01	23	04		Animais	425,00	
04	01	23	99		Outras taxas específicas das autarquias locais		
04	01	23	99	99	Outras	400,00	
05					Rendimentos da propriedade		2 486,40
05	10				Rendas		
05	10	04			Edifícios	2 486,40	
06					Transferências correntes		101 847,34
06	03				Administração central		
06	03	01			Estado		
06	03	01	04		Fundo de Financiamento das Freguesias	62 918,00	
06	03	01	05		Artigo 38.º, n.º 8 da Lei 73/2013	10,00	
06	03	01	06		Transferência de Competências	10,00	
06	03	09			Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional	8 089,34	
06	05				Administração Local		
06	05	01			Continente		
06	05	01	01		Municípios		
06	05	01	01	01	Contrato interadministrativo	30 320,00	
06	07				Instituições sem fins lucrativos		
06	07	01			Instituições sem fins lucrativos	500,00	
07					Venda de bens e serviços correntes		3 100,00
07	02				Serviços		
07	02	09			Serviços específicos das autarquias		
07	02	09	05		Cemitérios	3 100,00	
08					Outras receitas correntes		35 000,00
08	01				Outras		
08	01	99			Outras		
08	01	99	99		Diversas	35 000,00	



01.	Impostos diretos SNC-AP Rúbrica R1	Montante	3.165,89 € €
-----	---------------------------------------	----------	--------------

Neste capítulo serão contabilizados os impostos diretos estabelecidos na Lei das Finanças Locais para as Freguesias, designadamente o imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios rústicos e 1% do imposto municipal sobre imóveis sobre os prédios urbanos.

04.	Taxas, multas e outras penalidades SNC-AP Rúbrica R3	Montante	825,00 €
-----	---	----------	----------

Neste capítulo serão contabilizadas as taxas específicas das autarquias locais, nomeadamente as taxas relativas ao registo e licenciamento de canídeos e aos atestados.

No grupo das 04.01 - Taxas inclui-se os pagamentos dos particulares em contrapartidas da emissão de licenças e da prestação de serviços. Neste grupo das taxas só constituem receita das autarquias locais as verbas a inscrever na conta 04.01.23. Taxas específicas das autarquias locais.

Com efeito, de acordo com as notas explicativas do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, a classificação 04.01.23 – Taxas específicas das autarquias locais deve ser utilizada para o registo das receitas provenientes da cobrança de taxas municipais estabelecidas na Lei das Finanças Locais, as quais devem ser individualizadas por tipologia de taxa. Assim, o registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, deve ocorrer no capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades, e não no capítulo 02 – Impostos indiretos.

De forma a uniformizar a classificação das taxas cobradas pelas autarquias, e tendo em conta as desagregações existentes no classificador económico previsto no POCAL e a desagregação do Plano de Contas Central da UniLEO, em SNC-AP, apresenta-se no quadro seguinte a nova desagregação do grupo 04.01 – Taxas do capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2020.

Classificação Económica	Descrição
04	Taxas, multas e outras penalidades:
04.01	Taxas
04.01.23	Taxas específicas das autarquias locais
04.01.23.01	Mercados e feiras
04.01.23.02	Loteamentos e obras
04.01.23.03	Ocupação da via pública
04.01.23.04	Animais



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEPINS E BOLHO

04.01.23.05	Caça e Pesca
04.01.23.07	Arrendamento urbano
04.01.23.09	Taxa sobre o ruído
04.01.23.10	Licença sobre o ruído
04.01.23.99	Outras taxas específicas das autarquias locais
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo
04.01.23.99.06	Publicidade
04.01.23.99.09	Cemitérios
04.01.23.99.99	Outras

No grupo das 04.02 - Multas e outras penalidades engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei e de regulamentos.

05.	Rendimentos de propriedade SNC-AP Rúbrica R4	Montante	2.486,40 € €
-----	---	----------	--------------

Neste capítulo serão contabilizadas as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos, edifícios e outros ativos incorpóreos.

06.	Transferências correntes SNC-AP Rúbrica R5	Montante	101.847,34 € €
-----	---	----------	----------------

Este capítulo contabiliza os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

A rubrica 06.03.01.04 contempla a verba relativa ao Fundo Financiamento das Freguesias prevista em Orçamento de Estado.

A rubrica 06.03.01.05 engloba a verba respeitante às transferências da DGAL para compartilhar os encargos previstos no art. 38.º, n.º 8 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e de acordo com a Lei n.º 11/96, de 18 de abril.

A rubrica 06.03.01.06 engloba a verba relativa à transferência de Competências prevista na Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.

A rubrica 06.05.01 compreende as receitas provenientes do Município, em especial as previstas na delegação de competências e nos acordos de execução.



07.	Venda de bens e serviços correntes SNC-AP Rúbrica R6	Montante	3.100,00 € €
-----	---	----------	--------------

Neste Capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços. Às receitas enquadráveis neste capítulo estão subjacentes preços que correspondem a valores sensivelmente idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos. Este capítulo desagrega-se por norma em três grupos:

07.01 – «Venda de bens» - engloba as receitas da venda de produtos relacionados com a atividade de forma direta ou indireta;

07.02 – «Serviços» - engloba as receitas resultantes da utilização de espaços e da prestação de serviços específicos das autarquias;

07.03 – «Rendas» - abrange as receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios.

08.	Outras Receitas Correntes SNC-AP Rúbrica R7	Montante	35.000,00 € €
-----	--	----------	---------------

Inclui as receitas não tipificadas nos capítulos anteriores da receita corrente.

Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio deste grupo, como sejam as resultantes das indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, a indemnização de estragos provocados por outrem em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às entidades e as recuperações de IVA.



5.2. Receitas de Capital

Ao nível das receitas de capital, os grandes capítulos e as principais fontes de financiamento são esquematicamente as seguintes:

UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEPINS E BOLHO						ORÇAMENTO 2021	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
RECEITAS CAPITAL						55 400,00	
09					Venda de bens de investimento		5 400,00
09	01				Terrenos		
09	01	06			Administração Pública - Administração local - Continente	5 400,00	
10					Transferências de capital		50 000,00
10	05				Administração Local		
10	05	01			Continente		
10	05	01	01		Municípios		
10	05	01	01	01	Contrato interadministrativo	50 000,00	
09.	Venda de bens de investimento				Montante	5.400,00 €	
	SNC-AP Rúbrica R8						

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil. Este capítulo desagrega-se normalmente em quatro grupos:

09.01 – «Terrenos»;

Engloba as receitas provenientes da alienação de terrenos, de harmonia com a legislação em vigor. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, dos terrenos que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

09.02 – «Habitações»;

Incluem-se as receitas oriundas da alienação de imóveis destinados a habitações. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, das habitações que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

09.03 – «Edifícios»;

Abrange o produto da alienação de edifícios construídos ou adquiridos para fins diferentes dos da habitação, tais como instalação de serviços, escolas, creches, pavilhões desportivos, bibliotecas, armazéns e garagens. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação, em hasta pública, nos termos da lei, dos edifícios que se encontrem em situação de alienação legalmente permitida. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

09.04 – «Outros bens de investimento».



Englobam-se as receitas provenientes da alienação de construções diversas, melhoramentos fundiários, material de transporte, maquinaria e equipamento, animais, investimentos incorpóreos, etc. Inclui-se também o produto da alienação de viaturas automóveis dadas como incapazes. Abrangem ainda as receitas resultantes da alienação de bens de investimento não classificáveis nos grupos anteriores deste capítulo, como por exemplo, os barcos e tratores de estrada, incluindo as alienações em hasta pública. Este grupo deverá ser desagregado por sectores institucionais.

10.	Transferências de Capital SNC-AP Rúbrica R9	Montante	50.000,00 €
-----	--	----------	-------------

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.



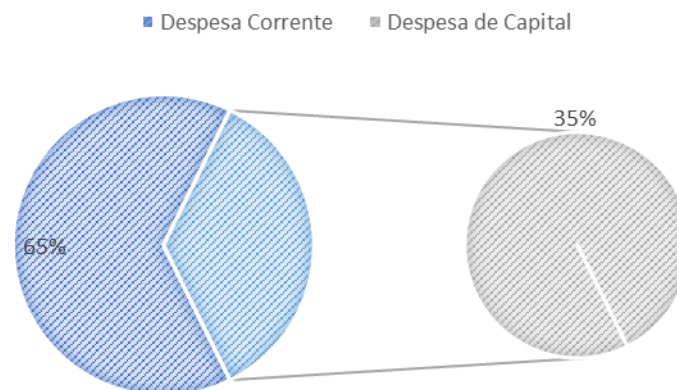
6. Previsão das Despesas

Da despesa total, prevê-se que 130.424,63 euros sejam afetados em despesa corrente (64.62%) e 71.400,00 euros em despesa de capital (35.38%).

	2021	%	2020	%	Varição
Despesas Correntes	130 424,63 €	64,62%	131 411,62 €	66,40%	- 986,99 €
Despesas com o pessoal	65 649,94 €	50,34%	63 541,97 €	48,35%	2 107,97 €
Aquisição de bens e serviços	29 838,24 €	22,88%	31 544,98 €	24,00%	- 1 706,74 €
Juros e outros encargos	250,00 €	0,19%	100,00 €	0,08%	150,00 €
Transferências correntes	2 000,00 €	1,53%	2 000,00 €	1,52%	- €
Subsídios	12 686,45 €	9,73%	12 224,67 €	9,30%	461,78 €
Despesas de Capital	71 400,00 €	35,38%	66 500,00 €	33,60%	4 900,00 €
Aquisição de bens de capital	71 400,00 €	100,00%	66 000,00 €	99,25%	5 400,00 €
Transferências de capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Activos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Passivos financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €
Outras despesas de capital	- €	0,00%	500,00 €	0,75%	- 500,00 €
	201 824,63 €	100,00%	197 911,62 €	100,00%	3 913,01 €

Q.09 - Orçamento da Receita por classificação económica

F.03 ESTRUTURA DA DESPESA





6.1. Despesas Correntes

As despesas correntes apresentam o seguinte desdobramento:

UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEPINS E BOLHO						ORÇAMENTO 2021
C. Económica					Designação	Valor (em euros)
A	S	R	A	S		
DESPESA CORRENTES						130 424,63
01					Despesas com o Pessoal	65 649,94
01	01				Remunerações certas e permanentes	
01	01	01			Titulares de órgãos de soberania e membros órgãos autárquicos	9 466,14
01	01	04			Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	
01	01	04	01		Pessoal em funções	23 222,52
01	01	07			Pessoal em regime de tarefa ou avença	9 888,00
01	01	09			Pessoal em qualquer outra situação	
01	01	13			Subsidio de refeição	3 305,61
01	01	14			Subsídio de férias e de Natal	3 870,42
01	02				Abonos variáveis ou eventuais	
01	02	02			Horas extraordinárias	4 500,00
01	02	13			Outros suplementos e prémios	
01	02	13	03		Senhas de presença (Mesas de Voto)	2 000,00
01	03				Segurança social	
01	03	05			Contribuições para a segurança social	
01	03	05	01		Assistência na doença dos funcionários públicos	920,04
01	03	05	02		Segurança Social do pessoal	
01	03	05	02	02	Segurança social - Regime geral	7 503,32
01	03	09			Seguros	
01	03	09	01		Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	973,89
02					Aquisição de Bens e Serviços	29 838,24
02	01				Aquisição de bens	
02	01	02			Combustíveis e lubrificantes	
02	01	02	02		Gasóleo	3 500,00
02	01	04			Limpeza e higiene	1 000,00
02	01	08			Material de escritório	300,00
02	01	12			Material de transporte - Peças	1 000,00
02	01	15			Prémios, condecorações e ofertas	250,00
02	01	17			Ferramentas e utensílios	2 500,00
02	01	19			Artigos honoríficos e de decoração	250,00
02	01	20			Material de educação, cultura e recreio	1 500,00



UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEPINS E BOLHO						ORÇAMENTO 2021	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
DESPESA CORRENTES						130 424,63	
02	02				Aquisição de serviços		
02	02	01			Encargos das instalações	6 500,00	
02	02	02			Limpeza e higiene	1 000,00	
02	02	03			Conservação de bens	2 000,00	
02	02	09			Comunicações	1 000,00	
02	02	12			Seguros	2 000,00	
02	02	14			Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	3 000,00	
02	02	17			Publicidade	500,00	
02	02	18			Vigilância e segurança	500,00	
02	02	19			Assistência técnica	500,00	
02	02	20			Outros trabalhos especializados	250,00	
02	02	25			Outros serviços	2 288,24	
03					Juros e outros encargos		250,00
03	06				Outros encargos financeiros		
03	06	01			Outros encargos financeiros	250,00	
04					Transferências correntes		2 000,00
04	07				Instituições sem fins lucrativos		
04	07	01			Instituições sem fins lucrativos	2 000,00	
05					Subsídios		12 686,45
05	08				Famílias		
05	08	03			Outras	12 686,45	
06					Outras despesas correntes		20 000,00
06	02				Diversas		
06	02	03			Outras		
06	02	03	05		Outras	20 000,00	

01	Pessoal	Montante	6. 649,94 € €
	SNC-AP Rúbrica D1		

Neste capítulo devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

01.01.01. Remunerações certas e permanentes – Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos. Consideram-se as remunerações legalmente aprovadas para os membros dos órgãos autárquicos.

01.01.03. Remunerações certas e permanentes – Pessoal dos quadros – Regime de função pública

Consideram-se os vencimentos dos funcionários e agentes que fazem parte dos quadros legalmente aprovados e que estejam em serviço efetivo.



01.01.04. Remunerações certas e permanentes – Pessoal dos quadros – Regime de contrato individual de trabalho

Consideram-se as remunerações do pessoal abrangido pelo contrato individual de trabalho.

01.01.07. Remunerações certas e permanentes – Pessoal em regime de tarefa ou de avença

Consideram-se, rigorosa e limitativamente, apenas, os indivíduos que se encontrem abrangidos pelos contratos de tarefa ou pelos contratos de avença, celebrados nos termos da legislação em vigor.

01.01.09 – Pessoal em qualquer outra situação

Atribui-se-lhe, em relação às rubricas de pessoal atrás caracterizadas, uma natureza residual.

01.03.02. Segurança social – Outros encargos com a saúde

Engloba as despesas com as aquisições de outros bens e serviços de saúde que assumam a forma de compensação financeira, correspondentes a reembolsos a funcionários e agentes das autarquias locais.

01.03.05. Segurança social – Contribuições para a segurança social

Engloba as despesas com o pagamento pela autarquia local, como entidade patronal, de quotas ou contribuições para organismos dependentes da segurança social, para a ADSE e para a Caixa Geral de Aposentações.

01.03.10. Segurança social – Outras despesas de segurança social

Engloba as despesas relativas à comparticipação à segurança social na qualidade de entidade contratante.

02	Aquisição de bens e serviços correntes	Montante	29.838,24 € €
	SNC-AP Rúbrica D2		

Neste capítulo incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer, ainda com a aquisição de serviços.

02.01. Aquisição de bens

Devem classificar-se neste agrupamento os bens que, em regra, tenham, pelo menos, um ano de duração, devendo por isso ser inventariáveis e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como bens de capital (investimento). Incluem-se, igualmente, os bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil não superior a um ano, não sendo, por isso, inventariáveis.

02.01.15. Aquisição de bens – Prémios, condecorações e ofertas

Consideram-se as despesas referentes a bens destinados a prémios, condecorações e ofertas.

02.01.19. Aquisição de bens – Artigos honoríficos e de decoração



Engloba as despesas com artigos honoríficos, nomeadamente bandeiras, estandartes e galhardetes. Salienta-se, todavia, que as importâncias despendidas com os prémios e condecorações que se adquirem com o propósito de serem entregues a quaisquer indivíduos ou entidades são consideradas na rubrica 02.01.15. Prémios, condecorações e ofertas.

02.01.20. Aquisição de bens – Material de educação, cultura e recreio

Engloba todo o bem durável, mas não diretamente ligado à produção de bens e serviços, que seja suscetível de constituir junto dos indivíduos fator de dinamização e de enriquecimento da sua cultura, a qual, para efeitos exclusivos do classificador, é tomada num sentido muito amplo, de modo a compreender os campos da educação (incluindo a educação física e o desporto), das artes recreativas e musicais, das belas-artistas, da museologia lato sensu, do culto religioso, de recreio e da formação profissional. Em tal conformidade, são enquadráveis na rubrica, entre muitos outros, o material escolar afeto aos estabelecimentos com funções de ensino (como sejam mapas didáticos, coleções mineralógicas, zoológicas e anatómicas, utensílios e aparelhos de laboratórios escolares, régua, compassos e outros artigos normalmente utilizados nas salas de aula), equipamentos e aparelhos para educação física e desporto, instrumentos musicais, jogos, aparelhos de rádio e de televisão para salas de convívio, livros e revistas quando inventariáveis e afetos a bibliotecas.

02.02.01. Aquisição de serviços – Encargos das instalações

Mantém-se inalterável no seu significado e âmbito e engloba as despesas com água, eletricidade e aquecimento.

02.02.03. Aquisição de serviços – Conservação de bens

Compreende todas as despesas (incluindo os custos de serviços e materiais quando conjuntamente faturados) a satisfazer por trabalhos de reparação, conservação e beneficiação de bens imóveis, móveis e semoventes, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos.

02.02.14. Aquisição de serviços – Estudos, pareceres, projetos e consultadoria

Incluem-se as despesas relativas a estudos, pareceres, projetos e consultadoria, de organização, apoio à gestão e serviços de natureza técnica prestados por particulares ou outras entidades.

02.02.20. Aquisição de serviços – Outros trabalhos especializados

Incluem-se as despesas relativas aos serviços técnicos prestados por outras empresas que o próprio organismo não pode superar pelos seus meios, tais como serviços informáticos, análises laboratoriais, trabalhos tipográficos, etc.

02.02.25. Aquisição de serviços – Outros serviços

Assume carácter residual no contexto das aquisições de serviços. Só lhe devem ser afetadas as despesas que, de modo algum, não possam ser classificadas noutras rubricas. Nesta rubrica será contabilizado as despesas relativas às atividades culturais, recreativas, sociais e educacionais desenvolvidas ou apoiadas pela freguesia.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SEPINS E BOLHO

03.	Juros e outros encargos SNC-AP Rúbrica D3	Montante	250,00 € €
-----	--	----------	------------

Esta rubrica regista as despesas inerentes a serviços bancários e de juros relativos às contas bancárias.

03.06 - Esta rubrica é de carácter residual. No entanto, incluem-se despesas inerentes a serviços bancários e todas as despesas não previstas nas rubricas anteriores.

04.	Transferência corrente SNC-AP Rúbrica D4	Montante	2.000,00 € €
-----	---	----------	--------------

Neste capítulo são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes tais como o apoio às atividades desenvolvidas pelas Instituições de Solidariedade Social, de Cultura, Recreio e Desporto da e na Freguesia, através da celebração de protocolos.

05.	Subsídios SNC-AP Rúbrica D4	Montante	12.686,45 € €
-----	--------------------------------	----------	---------------

Os subsídios em epígrafe tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis.

05.08.03. Subsídios – Famílias – Outras

Pagamento de encargos relativos a apoios sociais e ao pagamento de subsídio ocupacional, previsto nos programas ocupacionais do IEFP.

06.	Outras despesas correntes SNC-AP Rúbrica D5	Montante	20.000,00 € €
-----	--	----------	---------------

Esta é uma rubrica económica com uma função meramente residual, onde se registará todas as despesas correntes não previstas nos outros classificadores.



6.2. Despesas de Capital

As despesas de capital apresentam o seguinte desdobramento:

UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEPINS E BOLHO						ORÇAMENTO 2021	
C. Económica					Designação	Valor (em euros)	
A	S	R	A	S			
DESPEAS CAPITAL						71 400,00	
07					Aquisição de bens de capital	71 400,00	
07	01				Investimentos		
07	01	01			Terrenos	500,00	
07	01	03			Edifícios		
07	01	03	01		Instalações de serviços	20 500,00	
07	01	03	02		Instalações desportivas e recreativas	15 500,00	
07	01	06			Material de transporte		
07	01	06	02		Outro	900,00	
07	01	07			Equipamento de informática	500,00	
07	01	08			Software Informático	1 000,00	
07	01	09			Equipamento administrativo	500,00	
07	01	11			Ferramentas e utensílios	1 500,00	
07	03				Bens de domínio público		
07	03	03			Outras construções e infraestruturas		
07	03	03	01		Viadutos, arruamentos e obras complementares	18 000,00	
07	03	03	04		Iluminação pública		
07	03	03	05		Parques e jardins	500,00	
07	03	03	12		Cemitérios	12 000,00	

07.	Aquisições de bens de Capital	Valor Orçamentado	71.400,00 €
	SNC-AP Rúbrica D6		

Esta rubrica económica compreende, exclusivamente, as despesas com a aquisição (e também as grandes reparações) dos bens que contribuam para a formação de «capital fixo», isto é, os bens duradouros utilizados, pelo menos, durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, equipamentos, material de transporte, edifícios, outras construções, etc.).

Esta rubrica encontra-se mais desenvolvida no Plano Plurianual de Investimentos.



III - MAPAS ORÇAMENTAIS